



Interpeleção Escrita

Devido às solicitações dos vários sectores da sociedade, a Companhia de Telecomunicações de Macau, S.A.R.L. (CTM) divulgou, recentemente, que a partir do dia 1 de Outubro próximo vão ser reduzidas as tarifas dos serviços de internet de banda larga e ajustados os respectivos planos, nomeadamente, os planos residenciais e comerciais, que essa redução será, em média, de 20% a 27%, e que a velocidade da internet vai ser aumentada em 4 vezes.

No entanto, segundo muitos residentes e sectores, apesar da redução das tarifas, continuam sem ser atingidas as expectativas dos residentes, por comparação com as tarifas praticadas em Hong Kong e no Interior da China, pois não há proporcionalidade entre os serviços e as tarifas, por exemplo, a percentagem da redução é, geralmente, calculada, através da média da redução (por exemplo 50%) a dividir pelos planos (por exemplo 5 planos), mas desta vez, a CTM não reduziu, ou então reduziu muito pouco, as tarifas do plano de maior adesão, a maior redução das tarifas registou-se nos planos onde a adesão é menor. Por exemplo, a maioria dos utentes utiliza o plano de fibra óptica 100M, que vai ser aumentado para 150M, mas a CTM vai manter as tarifas - 300 patacas. Mesmo após a redução das tarifas, os utentes continuam a pagar, em média, um valor superior, relativamente a Hong Kong, para uma velocidade média de internet 2 a 3 vezes inferior à daquela região. E mais, ainda existe margem para melhorias em relação aos planos comerciais, nomeadamente, a redução das tarifas e o aumento da velocidade, pois é necessário pagar 2380 a 3980 patacas para os planos 100M e 500M, um valor 4 a 5 vezes mais elevado em relação a Hong Kong, mais a mais, a CTM ainda não dispõe do plano de serviços 1G. Nestas circunstâncias, as pessoas



entendem que esta redução continua a não atingir níveis aceitáveis e não consegue dar resposta às solicitações da sociedade.

Desde há longa data que a CTM utiliza activos da concessão do serviço público de telecomunicações de forma exclusiva e tem sempre registado lucros avultados, no entanto, as tarifas continuam a ser muito elevadas. No ano passado, os lucros da CTM atingiram mil cento e cinquenta milhões de patacas, e no caso da CITIC *Telecom International Holdings Ltd*, proprietária de 99% das acções da CTM, segundo os resultados do 1.º semestre, os lucros com a internet registaram um aumento de 9% em relação ao período homólogo do ano anterior, atingindo 440 milhões de patacas, no entanto, o aumento do número de utentes da banda larga apenas registou um aumento de 1,2%, o que demonstra como é enorme o lucro proveniente deste serviço.

Atendendo aos lucros registados, a sociedade espera que a CTM reduza as tarifas para níveis aceitáveis.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. De acordo com os meios de comunicação social, o Governo exigiu, recentemente, à CTM, que apresentasse um plano de redução das tarifas da internet, mas como as reduções não estavam de acordo com as exigências, o Governo não aceitou, e afirmou que vai continuar a dialogar com a CTM com vista a conseguir reduzir mais as tarifas. Se a actual redução das tarifas de internet já é resultado do referido diálogo, então, quais foram os objectivos e os fundamentos do Governo para autorizar este plano de redução, e quais foram os factores avaliados?



2. Segundo o sector das telecomunicações, o aluguer dos circuitos é muito caro e o Governo concordou que existe margem para reduzir as respectivas tarifas, e caso não se chegue a um consenso, será o Governo a definir os critérios para definição das tarifas, e a CTM será obrigada a cumpri-los. Qual é o ponto da situação do diálogo sobre a redução das tarifas? Já se conseguiu chegar a consenso e o sector respectivo já foi consultado?

3. O contrato de concessão do serviço público de telecomunicações celebrado entre o Governo e a CTM caduca no final deste ano. Faltam menos de 3 meses para o final do ano, então, qual é o ponto da situação do diálogo entre as partes sobre a renovação do contrato? E qual é a posição do Governo, especialmente sobre como garantir a concorrência justa?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,

Chan Meng Kam

19 de Setembro de 2016